



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO PARA EDUCAÇÃO POPULAR: RELAÇÕES COM O MST E ANÁLISE DE SUAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

IVANILDO OLIVEIRA BARBOSA FILHO¹

RESUMO

Este artigo analisa as contribuições do pensamento social brasileiro para a educação popular, com foco na sua relação com o MST e nas teses e dissertações disponíveis no acervo digital do movimento. A partir do materialismo histórico-dialético, da revisão bibliográfica e pesquisa documental, compreendeu-se que o pensamento social brasileiro, está presente na educação popular e na formação do MST.

Palavras-chave: Educação Popular. MST. Pensamento Social Brasileiro. Práxis.

RESUMEN

Este artículo analiza las contribuciones del pensamiento social brasileño a la educación popular, centrándose en su relación con el MST y las tesis y disertaciones disponibles en el acervo digital del movimiento. A partir del materialismo histórico-dialéctico, revisión bibliográfica e investigación documental, se entendió que el pensamiento social brasileño está presente en la educación popular y en la formación del MST.

Palabras clave: Educación Popular. MST. Pensamiento social brasileño. Praxis.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um artigo desenvolvido a partir das reflexões e discussões promovidas na disciplina 'Direitos Humanos e Sociedade', que integra um Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Os espaços de debate proporcionaram reflexões sobre a

¹ Universidade Federal de Pernambuco

interligação entre a educação popular e os Direitos Humanos, com o objetivo de fortalecer a conscientização e a mobilização das classes subalternas.

A educação popular está relacionada a um movimento histórico desenvolvido na América Latina na segunda metade do século XX, emergindo como uma resposta às condições de opressão e desigualdade social prevalentes na região. Este movimento, profundamente influenciado pelo pensamento de educadores como Paulo Freire, visa promover a conscientização crítica por meio do diálogo e da participação ativa da classe trabalhadora. Nesse sentido, é relevante destacar que, para Iamamoto (2008, p. 461), “a área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular, o que é motivo de preocupações.” Esse alerta ressalta a importância de se investir em estudos que abordem essas questões, como a educação popular, que desempenha um papel crucial na organização e mobilização dos sujeitos coletivos.

Para Machado (2012), a educação popular aposta em metodologias que promovem o diálogo, estimula a luta coletiva pela emancipação humana e estão presentes no campo de atuação das/os assistentes sociais que trabalham em comunidades, organizações e na mobilização popular. Nesse contexto, Maria Lúcia Duriguetto destaca que, no âmbito da organização profissional, uma importante iniciativa para fomentar o debate sobre as organizações, movimentos sociais e lutas sociais, bem como a relação do Serviço Social com e nesses espaços, foi a criação do Grupo Temático de Pesquisa Movimentos Sociais e Serviço Social, pela ABEPSS (Duriguetto, 2015, p. 188).

Dessa forma, o objetivo deste estudo é analisar as influências do pensamento social brasileiro na educação popular e suas contribuições para as produções sobre educação popular no MST. Como objetivos específicos, pretende-se, primeiramente, introduzir ao tema sobre educação popular e sua conexão com o MST e, secundamente, analisar como o pensamento social brasileiro está presente em teses e dissertações que tratam da educação popular.

Metodologicamente, quanto à abordagem, utiliza-se o método do materialismo histórico-dialético. Quanto à técnica de pesquisa, referente aos instrumentos de coleta de dados, utilizou-se pesquisa bibliográfica, como revisão de literatura de autores que discutem a educação popular e educação no MST, bem como pesquisa documental, com acesso às teses e dissertações a partir do acervo digital da “Biblioteca da Questão Agrária” no site do MST.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O primeiro tópico propõe apresentar a trajetória da educação popular, utilizando como referência principal o capítulo “*A educação Popular no Brasil: uma visão histórica*”, escrito por Maria Valéria Rezende, presente no livro *EDUCAÇÃO POPULAR: autores e autoras da Paraíba vol II*, organizado por Oliveira et al., publicado em 2022. Rezende é escritora, pedagoga, especialista em Educação Popular e Mestre em Sociologia. O segundo se dedica a abordar a relação do MST com a educação popular sendo uma ferramenta de resistência através de Stédile e Fernandes (1999) e das próprias teses e dissertações analisadas. Já o terceiro tópico faz uma pesquisa documental sobre a presença do pensamento social brasileiro nas teses e dissertações sobre “educação popular” disponível no acervo digital do MST. Por fim, o último tópico aponta a relevância do pensamento social brasileiro na formação da educação popular.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO INTERNACIONAL E NACIONAL DA EDUCAÇÃO POPULAR

Com o surgimento dos movimentos operários e revolucionários no final do século XIX, havia um objetivo claro de educar os trabalhadores como parte essencial de suas ações políticas. Além de manter centros culturais, promover atividades e publicar materiais, esses movimentos propunham também uma transformação dos sistemas de ensino.

Desde 1922, os comunistas estabeleceram um sistema próprio para a formação de militantes, muitos dos quais eram trabalhadores com pouca ou nenhuma educação formal. Seu projeto visava impactar a cultura nacional e educar a classe trabalhadora por meio da arte e da literatura. A intenção era despertar a consciência crítica sobre as injustiças do capitalismo e fornecer um entendimento científico da realidade, desenvolvido pelos intelectuais revolucionários, para superar as falsas percepções e a alienação que o povo sofria (Rezende, 2022, p. 22).

A partir da década de 1930, o sistema público de educação elementar no país se consolidou, sendo unificado sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde, criado por Getúlio Vargas em novembro de 1930. Com a incorporação da educação gratuita e obrigatória para todas as crianças na Constituição, a política de Estado tornou-se uma obrigação permanente. O ensino básico gratuito passou a abranger regiões e setores sociais anteriormente excluídos, geralmente administrados por estados e municípios, mas seguindo diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal através do Ministério.

Em 1945, com o fim do Estado Novo e a transição para a redemocratização, o voto popular voltou a ser significativo para a conquista, manutenção ou perda do poder político e o controle do aparato estatal. Apesar que apenas os indivíduos alfabetizados possuíam o direito ao voto. Em relação ao envolvimento político nesse período, Josiane Santos (2008, p. 82) aborda que boa parte da população esteve impedida de votar nos períodos em que se realizavam eleições regulares. A representatividade política e a participação popular ficavam sensivelmente reduzidas. Os analfabetos, que constituíam boa parte da população, não tinham direito ao voto. Tampouco as mulheres, os clérigos e os soldados.

Em 1947, o professor Paulo Freire tornou-se diretor do Setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI), em Pernambuco, cargo que ocupou até 1954. Dizia ele que foi nesse período que aprendeu a dialogar com a classe trabalhadora e que, por meio da prática, tornou-se educador (Rezende, 2022, p. 29).

No 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958, evento no qual Paulo Freire esteve presente, foi proposta a criação de um programa contínuo para combater o analfabetismo. A proposta inicial incluía o lançamento de uma campanha nacional com o objetivo de erradicação do analfabetismo.

Em relação ao contexto internacional nesse período Rezende (2022) relata que

A Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, já durante a fase da guerrilha, assumira a tarefa de alfabetização nas zonas liberadas e, em 1960, já contava com 3.000 alfabetizadores voluntários em ação –, realizava, em 1961, como uma de suas primeiras ações revolucionárias de grande impacto, uma imensa campanha de Alfabetização, que mobilizava toda a sociedade cubana, seguida do estabelecimento de um sistema eficiente de educação de adultos. A educação de adultos aparecia aí como uma realização revolucionária em si mesma, uma forma de fazer justiça e, ao mesmo tempo, como condição para poder-se construir uma sociedade socialista (Rezende, 2022, p. 30).

Dessa forma, no Brasil, surgiram e se fortaleceram movimentos que buscavam desempenhar um papel ativo nas transformações do país. Entre esses movimentos, destacam-se as Ligas Camponesas, especialmente no Nordeste. As Ligas Camponesas lutavam pela reforma agrária e por melhores condições de vida para os trabalhadores rurais, enfrentando a repressão e a resistência dos grandes proprietários de terra. Outro movimento importante foi o Movimento Sindical Operário, que ganhou destaque nos principais centros urbanos e industriais. Esse movimento lutava por melhores condições de trabalho, salários dignos e direitos trabalhistas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na década de 1960, Paulo Freire começou a desenvolver sua metodologia para alfabetização e letramento, ele aplicou com sucesso seu método de alfabetização em Angicos, no Rio Grande do Norte, onde alfabetizou 300 cortadores de cana em 45 dias. Esse evento marcou o início da aplicação prática de sua metodologia, que mais tarde seria reconhecida internacionalmente como o "Método Paulo Freire". Paulo Freire (1967) destaca que

A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a 'escola', autoritária por estrutura e tradição. Busca-se no círculo de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular, reunir um coordenador a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem. O coordenador, quase sempre um jovem, sabe que não exerce as funções de "professor" e que o diálogo é condição essencial de sua tarefa, "a de coordenar, jamais influir ou impor" (Freire, 1967, p. 4).

Dessa forma, a pedagogia de Freire busca promover um aprendizado mais democrático e participativo, onde a construção do conhecimento ocorre de forma colaborativa e sem imposições.

Com os movimentos da sociedade civil articulados para o enfrentamento do analfabetismo, o pensamento de Paulo Freire se tornou um paradigma influente em várias experiências de educação de adultos, realizadas por diversos atores sociais, tanto ligados ao governo quanto independentes. Exemplos dessas experiências incluem o Movimento de Educação de Base - MEB, criado pelos bispos, o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), associado ao governo de Miguel Arraes, ambos iniciados em 1961, o programa "De pés descalços também se aprende a ler" da Prefeitura de Natal/RN e os Centros Populares de Cultura (CPs) da União Nacional dos Estudantes (UNE) (Rezende, 2022, p. 33).

O Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com apoio do governo Goulart, visava alfabetizar adultos e promover a conscientização política e social, especialmente entre a população de baixa renda em áreas rurais e suburbanas. Utilizando o rádio e outros meios, o MEB buscava desenvolver a consciência crítica dos participantes e capacitá-los para uma participação ativa na sociedade. Influenciado por Paulo Freire, o MEB integrava o pensamento social brasileiro para promover a educação como um instrumento de emancipação.

O Movimento de Cultura Popular (MCP), formado por universitários, artistas e intelectuais em Recife, também focava na alfabetização de adultos e na educação de base. Utilizava o método



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de Paulo Freire e buscava não só ensinar a ler e escrever, mas também fomentar a consciência política e social. O MCP foi interrompido em 1964 pelo golpe civil-militar, que instaurou um regime de repressão que durou mais de 20 anos.

Em 1964, instaurou-se o regime da ditadura civil-militar, caracterizado por um regime autoritário que reprimiu de maneira intensa os movimentos sociais e políticos. Com a instalação do regime militar, os direitos políticos e civis foram suspensos, a imprensa foi censurada e os opositores do regime foram perseguidos. Além de destruir todas as ações de educação popular que estavam sendo efetivadas, ocorreram repressões contra as ações educativas e seus educadores. Muitos militantes que estavam ativos no movimento da educação popular foram presos, como o próprio Paulo Freire, que posteriormente precisou exilar-se fora do país, inicialmente no Chile e, posteriormente, na Suíça, de onde influenciou em programas educativos de vários países.

Para Rezende (2022, p. 35-36), o exílio não impediu que o educador Paulo Freire continuasse a desenvolver sua proposta de educação conscientizadora, indo muito além da alfabetização e espalhando-se pela América Latina e, mais tarde, pelos países africanos que iam conquistando sua independência. Nesse sentido, durante as lutas de independência, muitos países africanos adotaram a educação popular como parte de seus movimentos de libertação. Em países como Moçambique e Angola, as organizações revolucionárias implementaram programas de educação para adultos e alfabetização que visavam não apenas ensinar habilidades básicas, mas também conscientizar os cidadãos sobre a luta pela independência e a necessidade de transformação social.

Ainda sobre as articulações da sociedade civil articuladas para o enfrentamento, Rezende continua,

Em vários setores, já estavam arraigadas, em princípio, as ideias e a experiência da necessidade e possibilidade de Educação Popular para a mudança, da importância da participação política das massas populares, da educação como ação política - e, inclusive, como política revolucionária. Já havia também uma convicção sobre a existência, na experiência e na cultura do povo, de elementos fundamentais - formas e conteúdos - para sua própria educação libertadora, que os intelectuais tinham que conhecer e aprender para poder "ensinar" algo (Rezende, 2022, p. 36)

Porém, em dezembro de 1968, foi a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), um dos momentos mais repressivos da ditadura civil-militar, que permitiu ao governo fechar o Congresso,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cassar mandatos políticos e intensificar a censura e a repressão. A censura era aplicada amplamente aos meios de comunicação, artes, literatura e à música, restringindo a liberdade de expressão. A repressão incluía tortura, prisões arbitrárias e desaparecimento de opositores políticos.

Apesar da repressão, os movimentos sociais no Brasil permaneceram ativos. A União Nacional dos Estudantes (UNE) organizou protestos contra o regime, enquanto trabalhadores e sindicatos enfrentaram repressão, com greves proibidas e líderes presos. Movimentos de direitos humanos, frequentemente ligados à Igreja Católica, denunciaram as violações do regime. Rezende (2022, p. 37) destaca que, mesmo sob a ditadura, grupos resistiram e continuaram a promover a alfabetização e a formação política e social de adultos, utilizando igrejas, associações e organizações comunitárias, e adaptando a educação às condições culturais e de classe dos participantes.

Na década de 70, no Brasil, houve um esforço da educação popular em colaboração com movimentos sociais. Em diversas regiões, incluindo áreas rurais e periféricas urbanas, pessoas com formação intelectual e política organizaram grupos comunitários. Esses grupos tinham como objetivo conscientizar seus membros sobre as causas de suas condições sociais, utilizando experiências pessoais como base, e oferecer conhecimentos que iam além da experiência imediata, promovendo uma compreensão mais ampla e uma organização coletiva para transformar a sociedade.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as Oposições Sindicais, os Clubes de Mães, os Grupos de Jovens e as Associações de Moradores foram as formas mais comuns de organização popular nesse período, servindo como os principais espaços para a educação popular de jovens e adultos. Os educadores populares, muitas vezes atuando através das pastorais sociais das igrejas, especialmente da Igreja Católica, e de pequenos Centros de Educação Popular, trabalhavam com poucos recursos materiais, movidos pela militância.

Para Rezende (2022, p. 44), os conteúdos mais frequentes da Educação Popular nesse período, além da alfabetização, incluíam temas sobre saúde, economia e história, avançando para tópicos como "como funciona a sociedade", "a ditadura e a democracia", "o capitalismo e o socialismo". Assim, o pensamento social brasileiro se fazia presente através dos livros dedicados à interpretação do Brasil e às discussões sobre as estruturas de poder e desigualdade social. As



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

obras de autores como Paulo Freire, com sua pedagogia da libertação, e Florestan Fernandes, com suas análises sociológicas, eram amplamente utilizadas como ferramentas de conscientização e transformação.

Nos anos 1980, pressões internas e externas, juntamente com a mobilização popular (como o movimento pelas Diretas Já), levaram à gradual abertura política. Em 1985, a eleição indireta de Tancredo Neves, seguida por sua morte e a posse de José Sarney, marcou o fim da ditadura e o início da Nova República. Este período de repressão deixou profundas cicatrizes na sociedade brasileira e influenciou fortemente a política, a cultura e os movimentos sociais subsequentes.

Nesse período de redemocratização, ocorre a "institucionalização" da Educação Popular. A Educação Popular começou a ser reconhecida como uma prática importante e legitimada, saindo da marginalidade e ganhando prestígio. As questões pedagógicas e didáticas tornaram-se centrais, e houve um aumento significativo no apoio institucional e no financiamento internacional para as atividades de Educação Popular. A cadeira de Educação de Adultos e Educação Popular começou a figurar nos currículos universitários de Pedagogia e Serviço Social.

Em 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, foi um marco na promoção da educação popular globalmente. Organizada por várias entidades, como UNESCO e Banco Mundial, reuniu líderes de mais de 150 países para garantir o acesso universal à educação básica de qualidade, não apenas focando na alfabetização, mas também na capacitação para uma participação ativa nas comunidades e na sociedade. A conferência reafirmou a educação como um direito humano essencial e uma ferramenta crucial para o desenvolvimento social e econômico, fortalecendo práticas de conscientização e participação ativa.

3. O MST E SEUS ENFRENTAMENTOS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Para Stédile e Fernandes, “o MST é a continuação de 500 anos de luta pela terra. São cinco séculos de luta contra o latifúndio. É uma história camponesa, de famílias que estão lutando para entrar na terra, para trabalhar, para viver com dignidade” (1999, p. 12).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está profundamente ligada ao contexto socioeconômico e político do Brasil nas décadas de 1960 e 1970, marcado pela concentração fundiária, desigualdade social e a luta pela reforma agrária. Segundo Dominique Guhur, o período de 1979 a 1984 é considerado como sendo de gestação e nascimento do MST. Naqueles anos ocorreram as primeiras ocupações de terra, reuniões e encontros para estudo e reflexão, troca de experiências e articulação das diversas lutas (Guhur, 2010, p. 44).

O marco inicial para a formação do MST foi o I Congresso Nacional do MST, com a participação de cerca de 1.500 trabalhadores de 23 estados, realizado em Cascavel, no Paraná, em 1984. Nesse encontro, representantes de diversas regiões do país, incluindo líderes de ocupações de terra e sindicatos rurais, decidiram unificar suas lutas sob uma mesma organização nacional. Assim, nasceu o MST, com o objetivo central de lutar pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e igualitária.

Com o processo de redemocratização, ocorreram diversas pressões e lutas sociais em prol da reforma agrária. Em resposta, em 1985, durante o governo de José Sarney, foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). No entanto, esse plano nunca foi implementado. Enquanto as demandas por reforma agrária ganhavam força, os latifundiários se organizavam para combatê-las, o que levou à criação da União Democrática Ruralista (UDR), com o objetivo de "preservar o direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País". Segundo Guhur (2010, p. 45), foi também nesse período que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lançou as bases de sua organização, estruturando-se em setores com elos que iam desde a base local até as instâncias nacionais. Foi nesse contexto que atividades importantes começaram a ser definidas, como a criação do Setor de Educação, em 1987.

Ainda sobre o final do século XX, Guhur aborda sobre a disputa pela formulação de políticas públicas para uma educação popular

No final da década de 1990, com a constituição de um movimento nacional por uma Educação do Campo, assistimos no Brasil à emergência de novos sujeitos sociais na disputa pela formulação de políticas públicas: os Movimentos Sociais Populares do Campo, destacando-se entre eles o MST. Houve avanços e desafios da relação entre Movimento Social e Estado, na luta pela formulação de políticas públicas para a educação, especialmente no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Isso ocorreu no contexto da reforma da educação, implementada no Brasil como parte da reforma do aparelho do Estado, durante a década de 1990 (Guhur, 2010, p. 107).

Através de ações educativas o MST expandiu, criando as primeiras escolas em assentamentos e desenvolvendo projetos de alfabetização para jovens e adultos. Esses espaços educacionais eram, e ainda são permeados pela pedagogia freireana, que valoriza o conhecimento dos sujeitos e busca integrá-lo com saberes científicos e técnicos necessários para o trabalho no campo. O movimento também começou a articular parcerias com universidades e outras instituições de ensino para a formação de educadores populares, contribuindo para a construção de uma educação voltada para as necessidades e realidades do campo.

A questão agrária no início do século XXI é marcada por suas relações com a mundialização do capital, o avanço do neoliberalismo, criminalização dos movimentos sociais e o processo de “globalização”. Para Guhr (2010, p. 55) é assim que podemos dizer que a questão agrária mundializou-se, opondo de um lado o agronegócio mundial, representado pelas corporações transnacionais em aliança com as oligarquias nacionais, sob a hegemonia do capital financeiro e, de outro, os camponeses de todo o mundo, que resistem organizando-se mundialmente, por meio da Via Campesina.

Dessa forma, a educação popular continuou a ser uma ferramenta de resistência. O MST fortaleceu suas escolas, ampliou a formação técnica e profissional dos assentados, e lutou pelo reconhecimento das suas práticas pedagógicas pelo Estado brasileiro. Nesse período, surgiram as primeiras experiências de ensino superior voltadas para os assentados, como os cursos de Pedagogia da Terra, oferecidos em parceria com universidades públicas.

Em relação às políticas públicas nacionais de enfrentamento em 2010, Carlos Mendonça aborda que

Em 2010, os movimentos e organizações sociais do campo através de suas lutas e debates, obtiveram mais um avanço em prol da educação do campo, foi a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC. O mesmo ocorreu durante uma reunião dos movimentos e organizações sociais com participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Ministério da Educação - MEC, realizada em Brasília no período de 16 a 17 de agosto do referido ano. Contudo, aos poucos, a educação para a população camponesa, ou seja, a educação do campo, vem conquistando seu espaço enquanto política pública no Brasil. Assim, através da mesma os movimentos e organizações sociais, mesmo que de forma conflituosa, avançando na questão da educação, por exemplo, vem reduzindo o índice de analfabetismo em suas bases (Mendonça, 2023, p. 46).

Também vem crescendo os cursos profissionalizantes e o acesso ao ensino superior, através de projetos e parcerias com governo, universidades e institutos federais para a democratização do ensino à população camponesa.

Os desafios enfrentados pelo movimento se intensificaram nos últimos anos, especialmente durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Durante o governo Temer, a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos em áreas sociais por 20 anos, representou um duro golpe para as políticas públicas voltadas para a educação do campo e a reforma agrária. A implementação de programas educativos voltados para os assentados foi drasticamente reduzida, afetando as iniciativas de alfabetização e formação técnica e profissional promovidas pelo MST.

Em relação ao governo de Bolsonaro, foi adotada uma postura abertamente contrária aos movimentos sociais, incluindo o MST, e buscou o desmonte das políticas públicas voltadas para a educação popular e a reforma agrária. Entre as principais perdas, destaca-se o enfraquecimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que, desde sua criação, foi um instrumento fundamental para a formação de jovens e adultos em áreas rurais. O governo também promoveu cortes significativos no orçamento destinado à educação do campo, afetando as escolas em assentamentos e dificultando a implementação de projetos educativos.

Além disso, o governo Bolsonaro intensificou a criminalização dos movimentos sociais, o que se refletiu em uma repressão mais severa às ações do MST. Para Carbonari, a desmoralização e criminalização de lideranças e movimentos sociais, é usada como estratégia para conter a organização popular e, como isso, os avanços por ela propostos (Carbonari, 2012, p. 23). Sendo assim, através da educação popular, o movimento tem resistido a essa repressão, promovendo a formação política e a conscientização dos trabalhadores rurais sobre seus direitos e as ameaças que enfrentam.

Os principais desafios do MST no governo Lula é a necessidade de recuperar o espaço e os recursos perdidos durante os anos anteriores. Isso inclui a revitalização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que foi fundamental para a formação de milhares de jovens e adultos em áreas rurais, mas que sofreu severos cortes orçamentários e descontinuidades em governos passados. O MST tem pressionado o governo Lula para a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

retomada e ampliação desse programa, visando garantir o acesso à educação para os assentados e promover uma formação voltada para as realidades do campo.

Sendo assim, a educação do e para o campo não pode ser pensada sem formação política e educação popular, visualizando que a educação do campo são possibilidades de formação de sujeitos que possam exercer toda sua criatividade e imaginação, e assim buscar sua liberdade. Portanto, considerando a importância da educação para o processo de transformação da sociedade, o debate sobre a educação do campo enquanto projeto de emancipação dos camponeses que vivem em situação de subalternidade, alienados, oprimidos e com seus direitos negligenciados por quem está no poder (Mendonça, 2023, p. 32).

4. A RELAÇÃO ENTRE O MST, EDUCAÇÃO POPULAR E PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DO ACERVO DO MST

O estudo sobre o pensamento social brasileiro e as lutas sociais tem se tornado cada vez mais emergente e necessário para o nosso tempo histórico. Considerando a conjuntura atual, com o avanço do ultraneoliberalismo, do neoconservadorismo e da criminalização das lutas sociais, o MST, desde a sua gênese, tem recorrido ao legado que nos foi deixado por referências do pensamento social brasileiro. Para o MST,

As diversas formas de luta, por si só, já são um elemento fundamental na formação das pessoas. Porém, é preciso ir além e se aprofundar na compreensão do mundo e adquirir uma formação sociopolítica da qual, em geral, os trabalhadores foram privados há séculos. Para isso, existe o Setor de Formação, que tem a tarefa de organizar cursos de formação política (MST, s.d., online).

Nessas formações políticas, é utilizado o pensamento social brasileiro. Esses pensadores ganharam destaque por suas análises da formação social do Brasil, abordando temas como herança escravocrata e colonial, questão agrária, questão étnico-racial, capitalismo dependente e educação popular. Segundo Stédile e Fernandes (1999, p. 57), "procuramos aprender com eles, para não cometer os mesmos erros e repetir os acertos".

Stédile e Fernandes reafirmam a importância de valorizar o legado dos intelectuais brasileiros. Segundo eles, esta é outra fonte que sempre valorizamos: os pensadores brasileiros. Há uma tradição na academia brasileira de quem morreu logo se torna ultrapassado. Nós, ao contrário, procuramos saber o que os pensadores diziam em outras épocas. Buscamos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

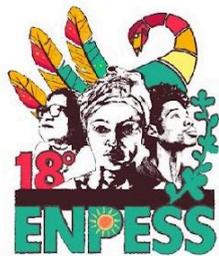
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desenvolver na militância esse gosto pelos pensadores nacionais (Stédile; Fernandes, 1999, p. 60).

Stédile e Fernandes (1999) também abordam que os pensadores sociais brasileiros que são referências para o MST são Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Caio Prado Júnior e entre outros. Sendo assim, isso também se reflete nas produções acadêmicas das teses e dissertações que estão presentes no acervo digital da “Biblioteca da Questão Agrária” do MST que abordam sobre “Educação Popular”.

O quadro a seguir foi elaborado com base nos dados obtidos a partir do acervo digital da “Biblioteca da Questão Agrária” no site do MST. A pesquisa foi realizada utilizando o termo “Educação Popular” para identificar teses e dissertações armazenadas nesse acervo, resultando em sete produções acadêmicas. Essas produções foram organizadas em ordem decrescente, de acordo com o ano de publicação, com as mais recentes listadas primeiro. Posteriormente, foi realizada uma análise focada na presença e na influência do pensamento social brasileiro nessas pesquisas.

Nº	TÍTULO	TIPO	ANO	AUTORES/AS	PUBLICADO POR	ARTICULAÇÕES COM O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO
1	Escola do campo e juventude sem terra na luta pela educação do campo e pela reforma agrária popular: o caso da Escola Municipal Conrado Pereira no Maranhão	Dissertação	2023	Carlos Magno Soeiro Mendonça	UNESP	Paulo Freire para debater a educação popular
2	Educação infantil popular: possibilidades a partir da Ciranda Infantil do MST	Dissertação	2015	Fábio Accardo de Freitas	UNICAMP	Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior para debater a formação social do Brasil; Paulo Freire para debater a educação popular; José Paulo Netto para discutir o materialismo histórico dialético
3	O papel da educação ambiental popular e da agroecologia na escola rural: estudando e aprimorando a formação socioambiental de professores/as	Dissertação	2012	Geisy Graziela Magri	UFSCAR	Paulo Freire para utilizar o método freiriano



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

4	Educação do campo e alternância no curso de licenciatura em pedagogia PRONERA/UFPB: encontro de teorias e práticas de educação popular	Dissertação	2011	Deyse Morgana das Neves Correia	UFPB	Paulo Freire para debater a educação popular
5	“Por uma educação do campo”: um movimento popular de base política e pedagógica para a educação do campo no Brasil	Tese	2010	Clésio Acinilo Antonio	UFRGS	Florestan Fernandes, Celso Furtado, Octavio Ianni, Francisco de Oliveira e Caio Prado Júnior para debater a formação social do Brasil; Paulo Freire para discutir sobre educação; José Paulo Netto para abordar a “questão social”.
6	Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular	Dissertação	2010	Dominique Michèle Periotto Guhur	UEM	Carlos Nelson Coutinho para discutir a democracia; Paulo Freire para abordar a pedagogia freiriana.
7	Pelas ondas do rádio: Cultura popular, Camponeses e o Movimento de Educação de Base (MEB)	Tese	2007	Claudia Moraes de Souza	USP	Florestan Fernandes e Octavio Ianni para abordar a formação social do Brasil; Paulo Freire para debater a educação popular.

QUADRO 01 - Produções que abordam a Educação Popular nas teses e dissertações da Biblioteca da Questão Agrária do MST Fonte: Elaboração própria a partir de dados das teses e dissertações disponíveis na biblioteca online do MST.

Analisando os dados do Quadro 01, constatou-se que, das sete produções encontradas, cinco são dissertações e duas são teses. Todas as produções utilizam o pensamento social brasileiro. O pensamento predominante nas teses e dissertações para debater a educação popular é o de Paulo Freire. Os autores empregam suas ideias tanto para discutir o conceito de educação popular quanto para aplicar o método freireano de educação, abordar a pedagogia freiriana ou discutir aspectos relacionados à educação. Mendonça (2023), Freitas (2015), Correia (2011) e Souza (2007) utilizam Paulo Freire para debater sobre a educação popular, explorando seu envolvimento e trajetória como educador. Magri (2012) utiliza Freire para analisar o método freireano de alfabetização. Antonio (2010) utiliza as obras *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Esperança* para discutir sobre educação. Por fim, Guhur (2010) recorre ao pensamento de Paulo Freire para examinar aspectos centrais de sua teoria pedagógica.

Freitas (2015), Antonio (2010) e Souza (2007) utilizaram o pensamento de Florestan Fernandes para examinar a formação social do Brasil, o capitalismo dependente e as classes sociais. Ainda sobre a formação social do Brasil, Antonio (2010) e Souza (2007) também



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

recorreram às ideias de Octavio Ianni. Souza (2007) explora o conceito de populismo desenvolvido por Ianni, enquanto Antonio (2010) se concentra na luta pela terra. O pensamento social de Caio Prado Júnior também é aplicado por Freitas (2015) e Antonio (2010) para analisar a formação social do Brasil. Freitas (2015) utiliza Caio Prado Júnior para debater a revolução burguesa no Brasil, enquanto Antonio (2010) o emprega para discutir a questão agrária.

Ainda sobre a utilização do pensamento social brasileiro para discutir a formação social do Brasil, Antonio (2010) também aborda Celso Furtado e Francisco de Oliveira para tratar sobre o desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista brasileira e como a divisão regional do trabalho aflora conflitos de classe. Dominique Guhur (2010), por sua vez, recorre a Carlos Nelson Coutinho para discutir a democracia como um processo, e não como um estado, e também sobre a participação democrática.

Por fim, José Paulo Netto é referenciado por Freitas (2015) e Antonio (2010). Freitas (2015) utiliza Netto para introduzir o estudo do método de Marx, aplicando o materialismo histórico dialético. Já Antonio (2010), recorre a Netto para abordar os fundamentos da “questão social” e as respostas do Estado para as expressões da “questão social”.

Diante das análises das teses e dissertações foi possível observar que elas demonstram como o pensamento social brasileiro, através de diversos autores, está presente nas discussões sobre a educação popular. A presença e influência do pensamento social brasileiro nessas pesquisas, especialmente em relação ao tema da educação popular, é predominantemente utilizando Paulo Freire. Também é utilizado o pensamento social brasileiro para analisar a formação social do Brasil, como os estudos de Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Octavio Ianni, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, entre outros. E José Paulo Netto também se faz presente tanto para abordar o método do materialismo histórico e dialético quanto os fundamentos da “questão social”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a importância do pensamento social brasileiro no desenvolvimento da educação popular e na construção do MST. Ele discorre sobre a trajetória da educação popular e sua ligação com o MST, destacando que a formação política dos militantes foi profundamente influenciada pelo pensamento social brasileiro. Através da educação popular, o MST não apenas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capacitou seus membros, mas também construiu uma consciência coletiva voltada para a transformação da sociedade.

Além disso, a educação popular desempenha um papel essencial para a formação de assistentes sociais, ao promover uma prática mais dialógica e democrática, que impulsiona processos de conscientização, organização, participação e mobilização, valorizando o saber popular, a autonomia e a diversidade cultural (Machado, 2012).

Através da análise realizada demonstra que o pensamento de autores como Paulo Freire, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Octavio Ianni, e outros, exerce uma influência profunda na construção das práticas educativas adotadas pelo MST, configurando a educação popular como um processo de conscientização crítica.

Conclui-se que a educação popular, sustentada por esses pilares teóricos, tem se mostrado uma ferramenta poderosa para a emancipação social e política, reafirmando a importância de integrar o pensamento social brasileiro às práticas educacionais e ao contínuo processo de luta por direitos no Brasil.

6. REFERÊNCIAS:

ANTONIO, Clésio Acinilo. **“Por uma educação do campo”**: um movimento popular de base política e pedagógica para a educação do campo no Brasil. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CARBONARI, Paulo César. Direitos Humanos no Brasil: A promessa é a certeza de que a luta precisa continuar. In: MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 3: diagnóstico e perspectivas**. Passo Fundo: IFIBE, 2012. p. 21-35.

CORREIA, Deyse Morgana das Neves. **Educação do campo e alternância no curso de licenciatura em pedagogia PRONERA/UFPB: encontro de teorias e práticas de educação popular**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2015.

FREITAS, Fábio Accardo de. **Educação infantil popular: possibilidades a partir da Ciranda Infantil do MST**. 2015. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

projeto popular. 2010. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, A. M. B. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social & Sociedade**, n. 109, p. 151–178, 2012.

MAGRI, Geizy Graziela. **O papel da educação ambiental popular e da agroecologia na escola rural: estudando e aprimorando a formação socioambiental de professores/as.** 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras/SP, 2012.

MENDONÇA, Carlos Magno Soeiro. **Escola do campo e juventude sem terra na luta pela educação do campo e pela reforma agrária popular: o caso da Escola Municipal Concorado Pereira no Maranhão.** 2023. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2023.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Quem somos.** Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

REZENDE, Maria Valéria. A Educação Popular no Brasil: uma visão histórica. In: OLIVEIRA, Ailza Freitas de (Org.). **Educação popular: autoras e autores da Paraíba** [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção Saberes em Educação Popular, v. 2).

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da questão social no capitalismo contemporâneo.** 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Claudia Moraes de. **Pelas ondas do rádio: Cultura popular, Camponeses e o Movimento de Educação de Base (MEB).** 2007. 367 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.